

# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 3

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

## **3**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 3 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-059-9

DOI 10.22533/at.ed.599192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESAFIO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR ATRAVÉS DE GRUPOS	
<i>Poliana de Oliveira Carvalho</i> <i>Solange Maria Teixeira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA NOVA REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<i>Rafaella Vanny Teixeira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
AUTONOMIA E EMPODERAMENTO FEMININO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES DE IMPACTO	
<i>Sandra Monica da Silva Schwarzstein</i> <i>Nivia Valença Barros</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
CONTOS DA VIDA REAL: UM ESTUDO SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA, EM TERESINA-PI	
<i>Iracilda Alves Braga</i> <i>Dryelly Ravelly Val</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
O USO DE INDICADORES DOS SISTEMAS OFICIAIS DE INFORMAÇÕES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR	
<i>Vanelise de Paula Aloraldo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
POBREZA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA	
<i>Patrícia Ribeiro Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>71</b>
POLÍTICA BRASILEIRA DE ASSISTENCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE À CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
<i>Diego Tabosa da Silva</i> <i>Anália da Silva Barbosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922017</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO E MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS EM SÃO LUÍS-MA	
<i>Camila Raquel Amaral França</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
REDE SOCIOASSISTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5991922019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>104</b>
REFLEXÕES SOBRE PROJETOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Paula Raquel da Silva Jales</i>	
<i>Solange Maria Teixeira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59919220110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>115</b>
SEGREGAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA RELAÇÃO INTERATIVA A SER COMPREENDIDA	
<i>Sueli do Nascimento</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59919220111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>127</b>
TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE À LUZ DA QUESTÃO	
<i>Régia Maria Prado Pinto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59919220112</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>140</b>

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO E MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS EM SÃO LUÍS-MA

**Camila Raquel Amaral França**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

São Luís-MA

**RESUMO:** Analisa-se no presente artigo a percepção das famílias usuárias quanto às mudanças nos padrões de consumo e melhorias do Programa Bolsa Família (PBF) em suas condições de vida. Discute-se a trajetória histórica dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, com enfoque ao PBF. Chega-se à conclusão de que embora o Bolsa Família propicie o aumento do poder de consumo, trazendo-lhes mudanças imediatas nas suas condições de vida, o programa em questão não oportuniza a ultrapassagem da condição de pobreza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza. Programa de Transferência de Renda. Bolsa Família. Consumo.

**ABSTRACT:** This article analyzes the perception of the user families, regarding the changes in patterns of consumption and improvements of the Bolsa Familia Program (BFP) in their living conditions. It discusses the historical trajectory of the programs of Transfer of Income in Brazil, with focus to the BFP. It can be concluded that although the BFP provides an increase in the consumption power, bringing about immediate

changes in their living conditions, this program does not offer an opportunity to overcome the poverty condition.

**KEYWORDS:** Poverty. Income Transfer Program. Bolsa Familia. Consumption.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla que teve como objetivo geral analisar as mudanças nos padrões de consumo das famílias a partir das suas inserções no Programa Bolsa Família, considerando se este tem cumprido com seus principais objetivos, que seria possibilitar melhorias concretas nas condições de vida dessa população em situação de vulnerabilidade social. A coleta de dados empíricos foi realizada junto às mulheres cadastradas no programa no âmbito da Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social (SEMCAS) de São Luís/MA.

Para alcançar o propósito deste estudo, fez-se necessário a revisão bibliográfica referente à categoria pobreza, políticas e programas sociais no Brasil. Privilegiou-se a abordagem qualitativa, em razão da sua capacidade de apreender os significados que os sujeitos sociais constroem sobre o mundo real. Dessa forma, dá suporte para uma profunda análise do papel

que o Programa Bolsa Família exerce nas condições de vida dos seus beneficiários. Assim, os dados coletados [...] “se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, às suas atitudes, valores ou opiniões, informações usualmente denominadas subjetivas” (MINAYO, 1994 apud CORTES 1998, p. 18-19).

A pesquisa foi realizada com 15 (quinze) mulheres titulares do Programa Bolsa Família (PBF), residentes em diferentes bairros periféricos da cidade de São Luís/MA. Estas beneficiárias foram convidadas a participar da pesquisa, quando do comparecimento das mesmas à SEMCAS, na perspectiva de atualização cadastral, sendo a referida secretaria responsável por essa atribuição como uma das ações de coordenação do programa. A atualização cadastral deve ser realizada a cada dois anos ou sempre que houver mudanças nos dados informados, sob pena de bloqueio do benefício.

Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com as beneficiárias, sendo que as informações coletadas foram anotadas e gravadas, com a devida autorização das mesmas. No que se refere à apresentação dos dados coletados optou-se por atribuir nomes fictícios as entrevistadas.

Destarte, no presente trabalho realiza-se uma breve discussão do contexto histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, com destaque para o PBF e ainda aborda-se de forma sucinta o resultado da pesquisa empírica junto aos sujeitos sociais, ressaltando a análise das falas mais significativas.

## **2 | A TRAJETÓRIA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL COM DESTAQUE AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

No Brasil em 1975, verificam-se as primeiras considerações sobre a garantia de renda mínima com as propostas elaboradas por Antônio Maria Silveira, reflexões contidas no seu artigo “Redistribuição de Renda”. Posteriormente, em 1978, destacam-se as teorias de Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger.

Todavia, é somente em 1991 que esses programas começam a fazer parte da agenda pública brasileira, convertendo-se em um componente importante para o desenvolvimento do debate nacional. Assim, num esforço de síntese, a trajetória histórica dos PTR na sociedade brasileira, no que concerne à sua institucionalização, segundo Silva et al (2008, p. 29) pode ser explicada por cinco momentos fundamentais: o primeiro momento, instaurado em 1991, é assinalado pela iniciativa do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy em apresentar o Projeto de Lei nº80/1991 que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) para todos os brasileiros que possuísse idade igual ou superior a 25 anos, este projeto consistia num mecanismo de enfrentamento da pobreza, o qual obteve o apoio de todo o Senado.

O segundo momento é demarcado pelo período de 1991 a 1993, pela proposta inovadora de Camargo (1991; 1992; 1995) em sugerir uma transferência monetária a

famílias que possuísse crianças com idade de 5 a 16 anos que estivesse matriculado regularmente em escolas públicas. Tinha como intuito o enfrentamento do ciclo vicioso da pobreza, a partir da integração de uma política compensatória a uma estruturante, conforme Silva (2001, p. 05):

assume novo patamar, qualificado por duas inovações: introdução da unidade familiar no lugar do indivíduo como beneficiário dos programas e vinculação da transferência monetária com a educação, na perspectiva de romper com o assistencial pela incorporação de um componente estrutural.

O terceiro momento sucede no ano de 1995, reforçando o debate com as primeiras experiências municipais em Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e em Brasília (DF), confirmando a viabilidade da admissão de programas de transferência de renda inseridos no âmbito do Sistema de Proteção Social brasileiro.

O quarto momento advém no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), especificamente em 2001, com a criação de programas de transferência de renda pelo Governo Federal: o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros, juntamente com a propagação de programas federais criados em 1996, o Benefício de Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

De acordo com Silva (2007, p. 1431):

esses programas foram implementados de modo descentralizado e alcançaram a maioria dos 5.561 municípios brasileiros, assumindo uma abrangência geográfica significativa e passando a ser considerados, no discurso do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o eixo central de uma “grande rede nacional de proteção social.

O último momento destacado por Silva (2008) teve início em 2003, com a instituição do Programa Fome Zero (PFZ) pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Este Programa apresentou-se como ação prioritária na agenda pública por configurar-se estratégia central de combate à fome e pobreza no Brasil, teve como peça-chave o Programa Bolsa Família, resultado da unificação dos Programas de Transferência de Renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação), que abrangeu em 2006, a maioria dos municípios brasileiros, inclusive o Distrito Federal.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado pela medida provisória nº. 132, de 20 de Outubro de 2003, convertida na Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, caracteriza-se por ser um programa de transferência de renda com condicionalidades, configurando-se atualmente como o mais abrangente programa em termos de cobertura populacional e aplicação de recursos (BRASIL, 2004). Apresenta como objetivo contribuir para a emancipação das famílias pobres e extremamente pobres por meio da associação do benefício financeiro com a garantia do acesso a direitos sociais básicos como saúde,

educação, assistência social e segurança alimentar (BRASIL, 2012).

Este programa foi continuado e aperfeiçoado pelo Governo de Dilma Rousseff compondo o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que teve como “foco de atuação os 16 milhões de brasileiros que vivem na extrema pobreza, baseando-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos” (BRASIL, 2012).

Dessa forma, o Programa Bolsa Família como o maior PTR implementado no país, para enfrentamento das consequências advindas do ajuste neoliberal, vem assumindo centralidade no âmbito da proteção social, como principal mecanismo de satisfação das necessidades básicas da população em situação de pobreza. Portanto, esse Programa encarrega-se de exercer a função do trabalho, possibilitando o aumento da capacidade regular de consumo dessas famílias beneficiárias (MOTA, 2008).

Nesta direção, apresentam-se no item seguinte as possíveis mudanças que este programa está potencializando para estas famílias beneficiárias.

### **3 | ANÁLISE DAS MUDANÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO E MELHORIAS DO BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS**

#### **3.1 Apresentação Geral das Condições Socioeconômicas das entrevistadas**

O perfil das beneficiárias entrevistadas é condizente com a condição de pobreza e extrema pobreza, segundo os requisitos do Programa Bolsa Família. As 15 (quinze) entrevistadas moram em áreas periféricas de São Luís, sendo que 10 (dez) têm sua casa própria, as demais apresentaram morar em casas alugadas e em casa cedida por algum familiar.

No tocante à conjugalidade, a maior parte das mulheres são chefes de famílias, isto é, 09 (nove) não apresentam cônjuge, e, portanto são as únicas responsáveis pelo sustento dos seus filhos e definidoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis, as demais convivem com seus companheiros sem vínculos legais do casamento formal.

As famílias apresentam precariedade nas condições de subsistência, situação a qual é reforçada pelo baixo nível de escolaridade apresentado pelas beneficiárias. Das 15 (quinze) entrevistadas, 04 (quatro) só estudaram até a 4ª série, 03 (três) conseguiram completar o ensino fundamental, 02 (duas) têm o ensino médio incompleto e apenas 05 (cinco) chegaram a terminar os estudos concluindo o segundo grau.

O abandono escolar por parte da maioria das informantes deve-se, sobretudo, pela péssima condição de existência que estão submetidas, uma vez que, a luta incessante pela sobrevivência material induz de modo involuntário ao trabalho precoce. Simultaneamente a esta situação precária, outro fator que reforça a interrupção da carreira escolar é a maternidade não planejada, fato encontrado no depoimento abaixo de Alda, mãe de 2 (dois) filhos e moradora do bairro da Forquilha:

Eu estudei até a 8ª série, por que quando eu comecei a ter filho, eu não estudei mais, eu precisei cuidar deles, num teve um centavo do pai 'dês' pra poder criá-los, tudo foi com meu suor, depois até tentei cursar o 1º ano só que eu não terminei também, ai eu desistir quase no final do ano (Alda, 41 anos, diarista). (informação verbal).

Dessa forma, 12 (doze) informantes não possuem vínculo empregatício formalizado, exercendo trabalhos de baixa remuneração, e, portanto, sem direitos previdenciários assegurados, explicando melhor, “[...] perdendo o vínculo formal com o trabalho, perde seu lugar na sociedade: não é trabalhador, não é cidadão [...]” (TELLES, 1993, p. 15), as demais entrevistadas são donas de casa como é o caso de Sônia, Joana e Rosana. Entre as principais atividades fora de casa desenvolvidas pelas beneficiárias estão a de lavadeira, diarista, vendedora ambulante e professora de Escola Comunitária.

O valor do Bolsa Família recebido pelas entrevistadas varia entre R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais) a um valor mais alto, como é o caso de Lúcia que têm uma composição familiar de 8 (oito) pessoas e recebe cerca de R\$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais) pelo programa. Com relação aos valores da renda mensal dessas famílias sem o benefício oscila de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês, uma renda que não é fixa, com exceção da Joana que por motivos de saúde não trabalha e vive apenas com o valor do benefício, recebendo ajuda de familiares.

Trata-se, portanto, de mulheres que apresentam uma condição que evidencia a sua carência, são famílias efetivamente pobres que convivem com extremas dificuldades para o suprimento das suas necessidades básicas e muitas vezes, encontram no Bolsa Família a sua “[...] única possibilidade de obtenção de uma renda, mesmo que muito baixa [...]” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p. 212).

### **3.2 Segundo os sujeitos beneficiários: mudanças nos padrões de consumo e melhorias nas condições de vida**

Conforme o relato de todas as entrevistadas, o benefício que recebem do programa apresenta grande importância em suas vidas na medida em que oportuniza o acesso a bens que satisfazem as suas necessidades diárias, minimizando a gravidade da situação de vulnerabilidade que se encontram, mesmo que seja de forma imediata.

Em relação à destinação do valor recebido, as mães colocam a alimentação como prioridade, ressaltando a preocupação em satisfazer as necessidades dos seus filhos. Como bem relata a beneficiária Maria, viúva, residente do bairro Vila Isabel Cafeteira e responsável pelo sustento das 5 (cinco) filhas, com o valor do benefício que é de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), ela disponibiliza para as despesas gerais com destaque para a alimentação:

Minha colega eu compro tudo, assim de pouquinho, eu vou pechinchando sabe, ai se ajunta com tudinho, eu compro um pouco de cada coisa, eu compro feijão e

arroz, que elas [filhas] gostam de mais, eu não deixo faltar as merenda das meninas isso daí é o principal. O alimento vem em primeiro lugar, se possível pra durar o mês todinho eu compro um fardo de arroz. Eu não deixo faltar a carne, o açúcar e a verdura, é requeijão, é queijo, bolacha, é shampoo, pasta, sabonete e creme, tudo mesmo. Eu também coloco crédito na carteira e sempre que tenho eu compro uma coisinha boa pra uma, uma coisinha boa pra outra [filhas]. Eu compro assim, aonde meu dinheiro dá, né? (Maria, 43 anos, Lavadeira). (informação verbal).

É inegável a relevância que o Programa apresenta na vida de dona Maria, além de priorizar os alimentos essenciais como o arroz e feijão, ela também relata a compra de outros gêneros mais caros como a “carne”; o “requeijão” e o “queijo”, cujo acesso era limitado antes de receber o benefício. Nota-se, então, que a obtenção de uma renda complementar possibilitou escolhas alimentares para a beneficiária, isto é, uma maior autonomia e responsabilidade em poder selecionar alimentos que estão de acordo com o interesse familiar.

Sobre este assunto, Suplicy (2002, p. 143) corrobora, que:

O pagamento em dinheiro propicia muito maior eficiência, grau de liberdade, menor possibilidade de desvios e economia de tempo para as pessoas. Daí não haver dúvidas de que confere às pessoas, muito maior grau de cidadania.

De fato, a posse de um determinado patamar de renda possibilita certo nível de liberdade. Porém, mesmo que a usuária faça uso do dinheiro conforme os seus desejos, alterando o padrão de produtos alimentícios consumidos, a transferência de renda apenas garante os requisitos básicos de sobrevivência familiar, o que restringi essa autonomia apenas para a esfera do imediato.

Em suma, o que existe é uma relativa autonomia que só dura enquanto o programa persistir, criando, assim uma relação paradoxal entre liberdade e dependência. Concorda-se com Pereira (2000, p. 71), quando esta afirma que “ter autonomia não é só ser livre para agir como bem se entender, mas acima de tudo, é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos”, ou seja, é uma autonomia que rompe com a invisibilidade para ser protagonista da construção dos direitos de cidadania.

Com o dinheiro recebido do Bolsa Família, estas mulheres têm a escolha de adquirir os bens que almejam, alcançando um padrão de consumo que anteriormente lhes era inviável. Estes bens de maior importância financeira faz com que essas famílias pobres tenham acesso a um mundo moderno.

No depoimento de Rosana a aquisição de uma televisão além de ser a concretização de um sonho, revela-se como a principal possibilidade de lazer e distração:

Pra mim a compra de uma televisão foi um sonho, o que eu não tinha antes, agora eu tenho graças ao dinheiro do bolsa família. A televisão é muito importante por que a gente se distrai (Rosana, 42 anos, dona de casa). (informação verbal).

Os relatos apresentados corroboram algumas reflexões de Zaluar (1985) em seu estudo etnográfico com 45 famílias moradoras da favela “Cidade de Deus”, no Rio de Janeiro. A autora destaca que no universo das famílias investigadas, os aparelhos eletrônicos como a televisão ocupavam lugar de evidência, na sala, sendo costumeiramente enfeitados com cobertas coloridas para chamar atenção sobre si.

Tais objetos são “consumidos” socialmente também pelo simples fato de serem vistos e trazerem respeito e marca de relativa prosperidade a quem os possui. O que não nega, porém, o fato de que, além da exibição social, tais objetos tenham suas utilidades próprias e façam parte hoje do modo de produzir comida e trazer o lazer para dentro de casa (ZALUAR, 1985, p. 104).

Dessa forma, a aquisição de eletrodomésticos por estas famílias pobres se configura num meio de elevar a sua posição social, de está em conformidade com a sociedade moderna. No depoimento de Lúcia á posse de um eletrodoméstico foi para satisfazer os desejos dos seus netos, como afirma: *“Eu já comprei um vídeo com esse dinheiro do bolsa família, um DVD, por causa dos meus netinhos que gostam muito de assistir ”*. Dessa maneira, essas mulheres alcançam certo conforto ao obter um produto que vai ao encontro da sua aspiração ou do desejo da sua família.

Conforme Modesto (2009 apud SAMPAIO, 2010, p. 256),

A melhoria na renda das famílias corresponde à melhoria do seu poder de compra e de aquecimento do mercado. Os recursos públicos destinados ao PBF impulsionam assim a economia, particularmente no âmbito local. Logo, parte dos dispêndios do governo com a Bolsa retorna por meio de impostos arrecadados com o aquecimento do mercado de massas impulsionados pelo Programa. Ao garantir acesso à renda aos segmentos mais vulneráveis da população, o programa gera retornos para a sociedade. Com uma suplementação regular de renda, famílias que sempre estiveram fora do mercado de consumo podem comprar não apenas alimentos e remédios, mas até mesmo bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos.

No que diz respeito às respostas das beneficiárias que confirmaram as melhorias do Bolsa Família nas suas condições de vida, foi observado que as melhorias estavam relacionadas com o benefício financeiro, que por sua vez, se constituiu num “alívio”, numa “ajuda”, assumindo um significado real, ainda que modesto em suas vidas, possibilitando o aumento do poder de compra e de acesso a determinados bens que anteriormente eram distantes da realidade de suas famílias.

Essas considerações podem ser vislumbradas nas falas a seguir:

Melhorou, foi uma benção de Deus. Por que antigamente tudo era controladinho, às vezes meu filho dizia mãe eu quero isso e ai não dava pra comprar, hoje não, eu vou com eles no supermercado e compro o que eles querem. Eu acho é que tá bom, por que antes eu não tinha nada, entendeu? É uma boa ajuda do governo, eu sou muito grata a Deus. (Alda, 41 anos, diarista). (informação verbal).

Melhorei de vida sim. Esse dinheiro do Bolsa Família não deixa de ser uma ajuda, faz grande diferença, pode até ser 10,00 R\$ mais já serve, eu não tinha nadinha em

casa e me serviu (Maria, 43 anos, lavadeira). (informação verbal).

Verifica-se, nestes depoimentos, a satisfação e a gratidão das usuárias em receber “ajuda” financeira do Bolsa Família para reforço da renda familiar, surgindo como um bálsamo para amenizar um cenário de profundas carências. No entanto, nota-se, a prevalência do termo “ajuda” em suas falas, revelando que a ideia do benefício como favor de um determinado governo sobrepõe a noção do direito, o que dificulta que estes se reconheçam como cidadãos.

Nesse sentido, de modo inverso, o Programa Bolsa Família pode instruir para a sujeição

à medida que, em vez de reforçar o desafio da emancipação, solapa a competência política. Em vez de suportar o projeto da autonomia, pode mergulhar o pobre em dependência irreversível, confirmando nele a ideia perversa de que a opressão somente pode ser superada pelo próprio opressor. (DEMO, 2001, p. 45).

De fato, essa noção de ajuda resulta de uma tradição assistencialista que historicamente configurou a maioria das propostas de políticas sociais públicas até então instituída no Brasil. Dessa maneira, a falta de acesso à informação, a falta de entendimento sobre os mecanismos de funcionamento do programa, sendo este uma renda de cidadania, reforça a ideia que o programa é algo “dado” pelo governo para os mais pobres e faz com que expressões como esta: *“Eu acho é que tá bom, por que antes eu não tinha nada”, “é uma boa ajuda do governo”* ou *“pode até ser 10,00 R\$”,* se repita nas falas de muitos assistidos, que se colocam nas relações sociais apenas na condição de necessitado, e não como sujeitos de direitos.

Outro elemento que merece destaque refere-se ao fato das usuárias entenderem a sua inserção no Bolsa Família como “benção de Deus”, revelando a fé na ajuda divina que não tardou no momento de maior precisão. Diante de uma situação de pobreza e exclusão social, a motivação religiosa presente nas mulheres pobres desempenha um papel de grande importância à medida que ampara, ameniza o sofrimento, dando forças para lidar com as pressões do dia a dia.

Eu acho que foi Deus, porque tinha dia que eu não tinha nem o pão, a carne, ‘pra’ dá ‘pra’ os meus filhos e aí apareceu essa oportunidade. Eu passava muita dificuldade, o dinheiro do Bolsa família foi uma benção pra mim (Rosa, 46 anos, manicure). (informação verbal).

Assim, a confiança em forças sobrenaturais alimenta a esperança, recobrando o sentido da vida e autoestima dessas mulheres que cotidianamente vivem no campo da miséria e pobreza.

Como expõe Guimarães (2005 apud ARAÚJO, 2007, p. 204):

para os pobres, a fé em Deus redimensiona a vida dos fiéis, atribuindo-lhe uma abrangência maior do que as adversidades diárias que os impelem a lutar por

melhores condições de vida. A fé ao fornecer um senso de coerência, atribui um sentido à vida do crente num contexto em que a sociedade, da forma como organizada e estruturada, deixou de cumprir expectativas relacionadas às necessidades humanas.

Para as beneficiárias, o programa trouxe melhorias numa situação de extrema carência material, ajudando a viver melhor financeiramente. Desse modo, apresentam ter grande preocupação em cumprir com os requisitos de permanência no programa para garantia do benefício em dinheiro.

Se eu não tivesse ele eu não compraria assim, entendeu? É por isso se faltar um documento eu corro atrás exatamente pra não ser bloqueado, às vezes eles bloqueiam e bota tempo pra eles botarem de novo lá (Raimunda, 43 anos, diarista). (informação verbal).

Nota-se, que o programa para a usuária é algo indispensável em sua vida, o que revela uma dependência que confirma a condição de merecedora de auxílios. Trata-se de uma dependência gerada pelo próprio programa, que além de não combater a pobreza, distancia essas famílias de um amadurecimento político para o exercício da cidadania. Assim, concorda-se com Demo (2004, p. 26), quando este afirma que “a doação mais confirma a pobreza do que a combate”.

Destarte, a transferência monetária apresenta ser de fundamental importância nas condições de pobreza das famílias beneficiárias. Contudo, o programa acaba sendo somente um paliativo, à medida que apresenta falhas na sua proposta de emancipação social, gerando mais dependência e conseqüentemente, apenas administrando a pobreza.

#### 4 | CONCLUSÃO

O PBF representa ser um suporte fundamental para milhões de famílias pobres, visto que, possibilita a satisfação das necessidades básicas contribuindo para minimizar a extrema precariedade de suas condições de vida. Ao transferir um valor monetário para os beneficiários, o programa acaba desempenhando a função do trabalho, direito que é constantemente negado no contexto atual.

A maioria das entrevistadas afirmou que o PBF trouxe melhorias nas suas existências, posto que permitiu o aumento do poder de consumo, suprimindo as necessidades fundamentais e possibilitando melhoras nas condições de habitabilidade. Assim, para estas beneficiárias a melhoria nas condições de vida está relacionada com a relativa autonomia que o valor monetário proporciona, não se estendendo para a superação da condição de pobreza.

Outro fator constatado diz respeito à prevalência nas falas das beneficiárias a ideia do benefício como ajuda do governo, revelando um entendimento de que o Bolsa

Família constitui-se num favor e não como direito. Este tipo de mentalidade revela a dependência desse auxílio, representando um obstáculo para a emancipação social dessas famílias assistidas.

Dado o exposto, o que se percebe é que o PBF tem efeitos diretos nas condições de vida das famílias beneficiárias, à medida que possibilita o acesso maior a bens e serviços do mercado. Contudo, este não ultrapassa o imediatismo, e assim não altera o quadro de pobreza que estas famílias estão imersas. Para isto precisaria modificações na estrutura que gera e reproduz a pobreza.

Dessa forma, diminuem-se as possibilidades de emancipação dessas beneficiárias quando os efeitos proporcionados pelo programa se restringe a esfera do imediato, visto que, apresenta limites na sua articulação com outras políticas sociais, no sentido de possibilitar uma emancipação social.

Portanto, um programa que deveria ter caráter transitório vem se transformando em algo permanente, conformando os pobres numa situação de necessitado. A sua proposta de inclusão social limita-se ao acesso do consumo, ao plano econômico, possibilitando aos pobres a entrada no sistema que determina a sua própria pobreza. Assim, a sociedade capitalista exclui para depois incluir com suas próprias regras.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cleonice Correia. **Pobreza e Programas de Transferência de Renda: concepções e significados**. 2007. Tese (Doutorado Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família**. Informações Gerais sobre o Programa Bolsa Família, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004. Disponível em: <[www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia)>. Acesso em: 12 jan. 2012.

CORTES. Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998.

DEMO, Pedro. **Educação pelo Averso**: assistência como direito e como problema. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Brincando de Solidariedade : política social de primeira-dama. in: SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Comunidade Solidária**: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MOTA, Ana Elisabete (Org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara. **As necessidades humanas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

SAMPAIO, Arlete. As políticas de desenvolvimento social no Brasil. In: COELHO, Maria Francisca

Pinheiro; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; RODRIGUES, Monica (Orgs.). **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.). **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez: Editora Gráfica da UFPI, 2008.

\_\_\_\_\_. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador: Centro de Recursos Humanos, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-059-9

